

**AUTOMOTIVAÇÃO E RECICLAGEM,
RECEITAS CONTRA DESEMPREGO**

Págs. 10 e 11

**“NÃO EXISTE BOA SOCIEDADE
SEM UM BOM SINDICATO”**

Papa Francisco

Pág. 16

**AGENTES PENITENCIÁRIOS
QUEREM SER POLÍCIA PENAL**

Págs. 14 e 15

Revista Mundo

Sindical

EDIÇÃO 09 - SETEMBRO 2017



**Governo
coloca o
sindicalismo
contra a parede**

“Os sindicatos sérios e representativos se fortalecem”

Antonio Carlos Aguiar, doutor em Direito do Trabalho



Mundo Sindical

Acompanhe a publicação de editais diariamente

Com o advento da Portaria 3216/2013 do Ministério do Trabalho, muitos sindicatos foram surpreendidos com o nascimento de novas entidades em sua base, pois com a vida atribulada do dirigente sindical na defesa dos interesses da categoria que ele se dispõe a representar, ele não consegue acompanhar os editais que são publicados e muitas vezes o sindicato só toma conhecimento do fato quando o registro sindical da nova entidade foi publicado no Diário Oficial da União. Aí já é tarde para evitar o transtorno para a categoria, que acaba impossibilitada de fazer uma ação preventiva.

Diante desse fato e da necessidade de informação, é que passamos a oferecer serviço de monitoramento diário dos editais de fundação, eleições, extensão de base, dissídio e outros editais de assembleia publicados nos jornais de grande circulação.

O serviço é feito mediante assinatura por adesão e o sindicato passa a receber diariamente, via e-mail, todos os editais publicados naquele dia, que também fica arquivado em nosso Portal para que possa ser pesquisado e acessado a qualquer tempo.

O valor da assinatura mensal é de apenas R\$ 250,00. Se você tiver interesse em monitorar a sua base diariamente, entre em contato conosco.

Mais Informações

11 5533 2001

editais@mundosindical.com.br





Venha comemorar o **13º Aniversário do**
JORNAL UNIÃO DO ABC

Jantar Show
28/09
A partir das 20h00

2831.4247
4396.8833

PATROCÍNIO

Av. Maria Servidei Demarchi, 2.998 - Demarchi - São Bernardo, SP

Editorial

Olá amigos,

Nossa edição setembro/outubro da **Mundo Sindical** tem como reportagem de capa uma extensa análise sobre as consequências da **reforma trabalhista**, que inclui o fim da contribuição sindical obrigatória (equivalente ao valor anual de um dia de trabalho). Para o especialista em direito trabalhista e sindical **Antonio Carlos Aguiar**, nosso entrevistado especial, "as mudanças são enormes".

Mas a forma como o governo Temer encaminhou o debate em torno da edição de Medida Provisória com alterações em pontos polêmicos da reforma, incluindo a definição de alternativas de sustentação financeira para os sindicatos, desagradou a maioria das centrais. O presidente mandou os sindicalistas negociarem com o Congresso. Agora, o prazo para definir como será a **nova contribuição sindical**, e seu valor, termina em novembro. É esperar para ver como esse nó será desatado e que rumos ganhará o sindicalismo, um dos pilares que sustentam as relações entre o capital e o trabalho.

Sobre as polêmicas reformas propostas por este governo, não deixe de ler o texto que comenta a situação de milhares de brasileiros desempregados que permanecem à margem da temida **reforma da Previdência** e talvez nunca consigam se aposentar.

A angústia provocada pela perda do emprego é o tema da reportagem "Está desempregado? Automotivação e reciclagem são receitas para recolocação". O **desemprego** continua alto e afetando milhões de brasileiros (mesmo a taxa tendo caído de 13,7% para 13% no se-

gundo trimestre). Confira o que aconselha o consultor profissional Vinícius Carvalho.

Ainda em relação ao mundo trabalhista e sindical, conheça como opera e quais os objetivos do Departamento Sindical criado pelo Diretório paulistano do PTB. Foi idealizado pelo deputado estadual Campos Machado e batizado de **PTB-Sindical**.

E há outras duas reportagens especiais. Uma sobre o Sindicato dos Guincheiros Removedores de Veículos do Estado de São Paulo (**Singuesp**), na qual seu presidente, Francisco José Pereira da Silva (o Chicão), afirma que "a reforma trabalhista, do jeito que está, prejudicará os trabalhadores e ainda enfraquecerá o movimento sindical brasileiro". Outra sobre os **agentes penitenciários**, responsáveis pela segurança nos presídios. Há anos, eles reivindicam o poder de Polícia Penal e a inclusão da categoria no artigo 144 da Constituição, com direitos e reconhecimento iguais aos de outras polícias. A PEC 14/2016, que lhes confere esse poder, já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Falta marcar a data de votação em plenário.

Por fim, além das três páginas do nosso **Giro Sindical**, uma mensagem imperdível do **papa Francisco** sobre a importância dos sindicatos: "Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias."

Boa leitura!

Sandra Campos
Editora-Chefe

Expediente

A Revista Mundo Sindical é uma publicação do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Os exemplares são distribuídos gratuitamente, não podendo ser vendidos sob nenhuma hipótese. As reportagens e artigos não podem ser reproduzidos para nenhum fim sem a autorização prévia dos seus autores.

Editora Chefe - Sandra Campos

Redator Chefe - Daniel Wendell

Jornalista Responsável - Manoel Paulo - MTB 48.639-SP

Redação - Manoel Paulo e Carlos Dias

Fotos - Carlos André Silva e Manoel Paulo

Editoração, Projeto Gráfico e Finalização - Carlos André Silva

Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano
Alameda dos Jurupis, 1005 - Moema - São Paulo - CEP 04088-033 - Telefone: +55 11 5533-2001

Índice

- 1** Nossa capa: Governo coloca o sindicalismo contra a parede



Reunião de centrais sindicais realizada no dia 24 de julho, em São Paulo

- 4** Centrais sindicais definem nova fonte de sustentação financeira



Entrevista com o advogado Antonio Carlos Aguiar

- 7** Posição de Temer desagradou centrais

- 8** Há muitos brasileiros à margem da temida reforma da Previdência

- 10** Está desempregado? Automotivação e reciclagem são receitas para recolocação

- 12** Com departamento sindical, PTB quer mais ação política



Entrevista com Norival de Almeida Silva

- 13** "O trabalhador não terá voz", diz presidente do Singuesp



Entrevista com Francisco José Pereira da Silva (o Chicão)

- 14** Agentes penitenciários lutam pelo poder de Polícia Penal

- 16** Profecia e inovação são desafios para sindicatos, diz papa Francisco



"Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato"

- 17** **Giro Sindical**



CENTRAIS SINDICAIS DEFINEM NOVA FONTE DE SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA

O Brasil ganhou uma nova Constituição em 1946, apenas nove anos depois da anterior, com o fim da ditadura de Getúlio Vargas. Teve outra em 1967, já no regime militar e, com o fim dele, o país escreveu uma nova, em 1988, já na fase de redemocratização. Criada em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho – mais conhecida simplesmente pela sigla CLT – sobreviveu praticamente incólume a três Constituições em regimes muito diferentes entre si ao longo de 74 anos. Nenhuma lei jamais resistiu tanto em um país onde se mudam as regras do jogo de uma hora para outra. Não é de se estranhar, portanto, que a reforma trabalhista esteja causando tanta insegurança e polêmica.

Os sindicatos são um dos pilares que sustentam as relações entre o capital e o trabalho. Com a chamada reforma trabalhista, o governo federal abalou esse alicerce ao extinguir o imposto sindical da CLT. Ao deixar para as centrais a negociação com o Congresso de uma Medida Provisória (ainda não definida até o fechamento desta edição) para criar um novo tipo de sustentação financeira, o governo colocou o sindicalismo contra a parede e encurralou milhares de agremiações que tinham no imposto sua única fonte de receita para funcionar e defender os trabalhadores. Agora, em vez de ter um dia de trabalho descontado a cada ano (3,33% de um salário), o valor da contribuição será decidido em assembleia, ainda sem um teto definido. Mas há indicações de que possa aumentar. Há quem defenda contribuição de 6% de um salário mensal, a ser recolhida em 12 parcelas. E há quem fale em percentual de 8% a 12%.

Uma tragédia?

Não, pelo menos na opinião do advogado Antonio Carlos Aguiar, especialista em direito do trabalho e sindical. “Na minha visão, os sindicatos realmente representativos se fortalecerão”, afirma. “Os sindicatos mais fortes não ficarão presos a uma representatividade exclusiva de determinada categoria, bem como não haverá por que se falar em unicidade sindical [um

único sindicato representando uma categoria]”, acrescenta. “Isso somente se justificava quando a contribuição sindical era destinada a esse único sindicato. As mudanças serão enormes. E positivas.”

Há, com certeza, quem ache que não. Dos quase 12 mil sindicatos brasileiros, nada menos que 7 mil serão diretamente afetados pela nova lei. Segundo o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, em entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, 4 mil não trabalham para suas bases e só existem por causa do imposto. “Esses tendem a desaparecer”, diz Vargas. Não é exagero. Quase dois terços dos sindicatos não chegam a 500 filiados, pulverizados pelas regras da CLT. “É um problema que acaba gerando uma fragmentação sindical e um enfraquecimento desses sindicatos”, avalia Sérgio Firpo, professor de economia do Insper em entrevista à Folha de S.Paulo. “Na hora de sentar na mesa de negociação, eles são mais fracos”, acrescentou.

O fim do imposto sindical, no entanto, pode se tornar apenas uma cortina de fumaça que encobre outras consequências para o sindicalismo – mesmo para as entidades mais fortes e, principalmente, para o trabalhador. As agremiações mais estáveis podem não estar preocupadas com sua receita, mas os trabalhadores, não necessariamente. A nova legislação tira bastante poder dos sindicatos, como o artigo que cria a possibilidade de eleição de representantes no local de trabalho nas empresas com mais de 200 funcionários. “Na prática, essas comissões teriam a mesma atribuição dos sindicatos”, ponderou Regina Camargos, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em entrevista ao jornal Valor Econômico.

Seja como for, o fato é que não adianta mais reclamar. “A verdade é que a reforma está aí e traz várias mudanças, que merecem atenção e estudo”, disse em entrevista exclusiva à revista **Mundo Sindical** (págs. 5 e 6) o advogado Antonio Carlos Aguiar. “Haverá uma profunda alteração nas relações de trabalho. Empresas, sindicatos e trabalhadores terão de se adaptar a esse novo momento.”

“AS MUDANÇAS SÃO ENORMES”

Mundo Sindical - *Toda a negociação em torno da aprovação da reforma trabalhista no Senado, sem alterações no Projeto aprovado na Câmara, previa a edição imediata de MP com mudanças em alguns artigos e criação de fonte compensatória de recursos para os sindicatos que perderam o imposto sindical. A MP ainda não veio e o governo mandou as centrais negociarem com o Congresso. O que o senhor acha dessa manobra?*

Antonio Carlos Aguiar - É muito difícil falar com base em hipóteses e boatos. Eu mesmo já li algumas versões da possível medida provisória. A verdade é que a reforma (oficial) está aí e traz várias mudanças, que merecem atenção e estudo. Haverá uma profunda alteração nas relações de trabalho. Empresas, sindicatos e trabalhadores terão de se adaptar a esse novo momento; as novas responsabilidades e desdobramentos daquilo que for pactuado. O prazo de vacância (ela oficialmente valerá a partir de novembro) é importante para isso.

MS - *Em relação às cerca de 100 mudanças na CLT, quais precisarão ser modificadas já, por meio de uma MP?*

Aguiar - Muito se tem falado em mudanças que precisam ser modificadas. Todavia, no mais das vezes, os argumentos são muito mais ideológicos do que jurídicos. Questões como o trabalho da lactante e/ou gestante em ambiente insalubre devem ser o que mais chama a atenção, não somente à vista

da questão de saúde envolvida, mas, principalmente, porque a legislação que trata do reconhecimento ou não do ambiente insalubre (que não foi alterado) exige a realização de perícia técnica, inclusive, para dimensionamento do grau de insalubridade (mínimo, médio ou máximo). Logo, quando o texto “autoriza” o trabalho em ambiente reconhecido como mínimo e médio e proíbe no máximo, vai além do que aquilo que a CLT já dispõe.

MS - *A situação mais grave envolve o fim da contribuição sindical, que complica as finanças*



Foto: Edil Pereira

Antonio Carlos Aguiar, especialista em direito sindical

dos sindicatos e reduz seu poder de fogo. O presidente Temer prometeu uma compensação não obrigatória – uma contribuição assistencial ou contribuição negocial. O que deve prevalecer?

Aguiar - A contribuição sindical envolve vários aspectos. O primeiro deles tem a ver com a destinação. Parece, quando se faz a afirmação acima, que todo o dinheiro arrecadado vai para os sindicatos. Isso não é

verdade. Vão para os sindicatos apenas 60% (de um dia de salário) dos integrantes da categoria que ele representa. O restante é dividido e distribuído entre federações (que são estaduais): 15%; confederações (nacionais): 5%; centrais sindicais (multicategorias): 10%; e o Estado (FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador): 10% do valor arrecadado no país de TODOS os trabalhadores. Quem deveria mais reclamar, então, deveria ser o próprio governo. Segundo, os sindicatos hoje já têm outros mecanismos de arrecadação, além da contribuição dos próprios associados, como, por exemplo, a contribuição assistencial (cobrada por ocasião da celebração das convenções coletivas, no mês da data-base) e as contribuições confederativas (previstas na Constituição Federal). Por isso, alguns sindicatos, como o dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Eletricitários de Campinas, chegam a devolver aos trabalhadores o dinheiro arrecado com a contribuição sindical. Terceiro, a contribuição sindical tem natureza jurídica tributária, o que

significa dizer que teoricamente não poderia ser facultativo o seu pagamento.

MS - *Há pontos na reforma que dispensam a ação negociadora dos sindicatos, ou reduzem sua influência?*

Aguiar - Sim. E esse é um dos pontos mais interessantes da reforma. A partir de agora, aquilo que é escrito e firmado entre trabalhador e empregador

"OS SINDICATOS REALMENTE REPRESENTATIVOS SE FORTALECERÃO"

passa a, de fato e de direito, ter valor jurídico. Por exemplo, o banco de horas - não precisa mais ser celebrada a sua realização por meio de acordo sindical. Ele pode ser acertado diretamente entre as partes; as regras para utilização de equipamentos no trabalho em home Office; eleição de arbitragem para solução de conflitos trabalhistas; jornada 12x36; redução de intervalo para descanso e refeição, entre outras.

MS - Mas há contradições. Em muitas situações, em que acordos e convenções coletivas podem se sobrepor à lei (negociado sobre o legislado), a presença dos sindicatos não seria ainda mais importante do que é hoje?

Aguiar - Sem dúvida, os sindicatos (sérios e representativos) se fortalecem, uma vez que podem (e devem) lutar pela manutenção de conquistas e novos direitos e/ou condições de trabalho, adaptando o novo às reais necessidades do trabalhador, sem ter de esperar que uma lei nova venha regulamentar determinados temas.

MS - De modo geral, o senhor acredita que, sem a presença de sindicatos fortes, as empresas respeitarão as novas regras? Ou seja, a reforma trabalhista será

de fato benéfica aos trabalhadores, em especial os de pequenas e microempresas?

Aguiar - Imprescindível evidenciar que dois princípios norteadores do Direito do Trabalho continuam em plena vigência, quais sejam: o da norma mais favorável e o da condição mais

Para onde vai o imposto sindical

- 60% - Sindicatos
- 15% - Federações (estaduais)
- 5% - Confederações (nacionais)
- 10% - Centrais Sindicais (multi categorias)
- 10% - Estado (FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador)

favorável. Sendo assim, qualquer mudança ou desrespeito praticado pelo empregador terá o mesmo impacto jurídico atual e poderá ser questionado judicialmente por intermédio de ações individuais ou coletivas (pelos sindicatos e Ministério Público do Trabalho). Devemos destacar, para bem evidenciar esse aspecto, que o artigo 9º da CLT prevê que tudo aquilo que for feito com o intuito de impedir, desviar ou fraudar direitos trabalhistas será tido como nulo de pleno direito.

MS - Os defensores do fim do imposto sindical argumentam que a mudança vai ser boa para o trabalhador porque vai acabar com os sindicatos de fachada. Mas será que a extinção do imposto não vai também prejudicar os sindicatos atuantes?

Aguiar - Não acredito. Na minha visão, os sindicatos realmente representativos se fortalecerão. E mais. Com o fim do imposto sindical, isso também será questionado e possibilita uma elasticidade representativa. Vale dizer, os sindicatos mais fortes não ficarão presos a uma representatividade exclusiva de determinada categoria, bem como não haverá por que se falar em unicidade sindical (um único sindicato representando uma categoria). Isso somente se justificava quando a contribuição sindical era destinada a esse único sindicato. As mudanças serão enormes. E positivas.

MS - Não seria a hora de uma reforma sindical, incluindo os sindicatos patronais?

Aguiar - A reforma trabalhista também atinge os sindicatos patronais em todos os aspectos acima assinalados. Insisto: as mudanças serão enormes. E positivas.



ESPECIALISTA, PROFESSOR E AUTOR

Antonio Carlos Aguiar é sócio do Peixoto & Cury, integrante desde 1987; Bacharel

em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo - USP e Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo - PUC. Foi reconhecido com um dos advogados mais admirados do Brasil pela Revista Análise da Advocacia em 2015 nas áreas Trabalhista e Previdenciária. Atua na área de direito trabalhista, sindical e gestão de crises, atendendo clientes nacionais e internacionais. É Professor Doutor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito do Centro Universitário da Fundação Santo André; Professor da Escola Superior da Advocacia Tra-

balhista de São Paulo; Professor da EPD - Escola Paulista de Direito; Professor convidado dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo; Conselheiro Sindical da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo; Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). É autor de diversos artigos e dos livros: "Negociação Coletiva" e "Advocacia Trabalhista", ambos pela editora Saraiva. ■

POSIÇÃO DE TEMER DESAGRADA A CENTRAIS

O presidente Michel Temer não cumpriu o que prometeu, ou seja, não baixou Medida Provisória alguma para modificar pontos da reforma trabalhista aprovada na Câmara, como negociado com senadores e sindicalistas - incluindo uma nova forma de sustentação financeira dos sindicatos devido ao fim da contribuição sindical. A MP foi a condição exigida pelo Senado para aprovar a reforma trabalhista como esta veio da Câmara. Sem a MP e com a rápida sanção do texto por Temer, a reforma virou lei. E o que fez o presidente ao receber algumas centrais sindicais em 20 de julho? Com o intuito de evitar críticas de parlamentares que votaram a reforma na Câmara, mandou que os sindicalistas negociem diretamente as mudanças e uma MP com o Congresso. Confira a reação de 4 centrais:



O presidente da CUT, Vagner Freitas, diz que, “na avaliação da central, o Imposto Sindical tem de acabar mesmo.

Nossa central pode sobreviver sem esse imposto obrigatório. No entanto, é preciso discutir e resolver o problema das práticas antissindiais em empresas que impedem que o trabalhador se associe ao sindicato e que o dirigente entre no local de trabalho; e há também a questão do setor público, que não tem data base, nem negociação coletiva, onde boa parte das greves é para abrir negociação. Porém, mesmo sendo historicamente contra o Imposto Sindical, a CUT não concorda com a alteração nesse momento porque o que Temer e os empresários querem fazer é enfraquecer o movimento sindical. A CUT sempre defendeu o autofinanciamento das centrais e sindicatos baseados numa contribuição dos trabalhadores aprovada de forma democrática e consciente. É nossa a proposta de substituição do Imposto Sindical por uma contribuição negocial aprovada pelos trabalhadores em assembleia, com piso e teto definidos”.



“Já está em discussão com o governo a MP que será levada ao Congresso para reverter pontos que a Força Sindical acha que são prejudiciais ao trabalhador brasileiro”, disse o secretário-geral da central, João Carlos Gonçalves, Juruna,

após reunião com representantes de outras centrais em São Paulo, em 24 de julho. “Ocorrerá reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e com o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha. Além disso, queremos fortalecer os sindicatos como instituição dos trabalhadores, por meio de financiamento que será decidido em assembleia com os trabalhadores” (negociado a cada acordo coletivo, não será obrigatório e terá as condições decididas entre sindicalizados e não sindicalizados), destacou Juruna. “Vale ressaltar que, nem mesmo as diferenças políticas, seja entre as centrais e com o governo, serão problema. O mais importante é o trabalhador. Discutir com o governo é ter maturidade e entender que é necessária uma discussão para frear mudanças que serão prejudiciais aos trabalhadores.”



Na opinião do presidente da UGT, Ricardo Patah, “a devastação é total. Nem na ditadura houve uma ofensiva tão grande contra os direitos dos trabalhadores e suas representações sindicais. O governo Michel Temer (PMDB) e o Congresso Nacional perpetraram tal golpe sem qualquer tipo de discussão com a sociedade, visando apenas a agradar à elite empresarial e financista. Usou-se o pretexto de que a reforma trabalhista ajudaria na criação de empregos e na melhora da economia. No entanto, nenhum desses objetivos será atingido”. Em artigo na Folha de S.Paulo, Patah afirma que “a proposta aprovada privilegia o mercado, destrói a classe média, torna os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Reduz o gasto com o já fragilizado bem-estar social e elimina o movimento sindical”. O dirigente deixa claro que “a UGT, segunda maior central sindical do país, é a favor de reformas. Somos uma central reformista. Reformas justas, bem-entendido, nas quais a classe trabalhadora e as camadas mais pobres da população sejam valorizadas”.



Adilson Araújo, presidente Nacional da CTB, afirma que “a salvaguarda dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora pressupõe uma organização sindical forte e representativa, enraizada nas bases e orientada por uma concepção classista de luta, mobilização e negociação. Por esta razão, a defesa da Contribuição Sindical e da Unicidade Sindical foram compromissos fundantes da CTB, interligados às batalhas para preservar e ampliar os direitos sociais e valorizar o trabalho. A sustentação financeira é indispensável à sobrevivência das organizações sindicais. Sem recursos, é muito difícil senão impossível, conduzir a luta da classe trabalhadora por melhores salários, condições de vida e trabalho. O fortalecimento dos sindicatos, federações, confederações e centrais trabalhistas interessa ao conjunto da classe trabalhadora, e não apenas aos sindicalistas. Um sindicalismo forte é essencial à democracia. A contrarreforma trabalhista aprovada pelo Congresso e sancionada por Temer constitui um grande golpe contra a classe trabalhadora brasileira”.

***Confira em nosso portal Mundo Sindical o posicionamento de todas as centrais – www.mundosindical.com.br**



HÁ MUITOS BRASILEIROS À MARGEM DA TEMIDA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Por Carlos Dias

A chamada reforma da Previdência Social – concebida, gestada e ainda emperrada em meio a interesses econômicos e políticos – faz pairar uma nuvem ainda mais sombria sobre o trabalhador brasileiro que espera, um dia, aposentar-se e descansar após décadas de trabalho duro e, geralmente, mal remunerado.

O estabelecimento de uma idade mínima que valha mais que o tempo de serviço assusta muitos, e não sem razão. Os principais defensores do piso de idade para a aposentadoria argumentam que é assim na Europa. O Brasil só estaria se adaptando aos tempos modernos.

Será?

Pergunte a José Carlos – um emblema do que acontece em todo o Brasil. No final do verão, ele estava certa noite em São Vicente, cidade do litoral sul paulista com um carrinho de supermer-

cado cheio de latinhas de alumínio. Cansado, parou para comer no estacionamento vazio de uma imobiliária fechada. Um casal de meia-idade que passeava pela rua parou. A mulher exclamou:

– Amor, que cheiro gostoso. De onde será que vem? Me deu até fome.

Alguns passos além e ela descobriu de onde vinha o aroma tão apetitoso.

– Está servida? – disse José Carlos.

Na hora, ela fechou a cara, fez uma expressão de nojo e seguiu apressada, quase em fuga.

José Carlos estava cozinhando no chão. Apoiado em duas pequenas pilhas de tijolos, com uma panelinha que de tão velha mais parecia uma lata velha, e um bom fogo debaixo, ele fazia uns pedaços de frango.

Morador de rua? Desqualificado? Sem profissão?

Nada disso. José Carlos é cozi-

nheiro. E se ele conseguia fazer uma comida de dar água na boca em plena rua, imagine o que ele não seria capaz de fazer numa cozinha com todos os recursos. Ele tem 60 anos, e faltam apenas três anos para se aposentar por tempo de serviço. Mais cinco e ele pendura as chuteiras por idade.

Que chuteiras?

Ele não consegue mais emprego. Vive só na sua casa própria em Arujá, na região metropolitana de São Paulo, mas por lá nem latinhas suficientes há. Quem vê de fora diz que com um teto sobre a cabeça ele não precisa de mais nada. Como não dá para cozinhar telha nem fazer almôndega com terra, ele precisa de emprego para completar o tempo mínimo de serviço e se aposentar. Sem opções em Arujá, ele viaja até a praia, onde há mais latinhas de cerveja e refrigerante, e dorme na rua.

Histórias como a de José Carlos se multiplicam às centenas de milhares em todo o país. Pelas regras atuais, o caminho para a aposentadoria pode ser uma via-crúcis para quem não teve o privilégio de ter trabalhado por décadas a fio numa mesma empresa.

Com as mudanças propostas na reforma da Previdência, a situação deve piorar. Isso é justo? Na opinião do desembargador Sérgio Pinto, do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a resposta é não. E ele tem vários argumentos para sustentar sua avaliação. Um deles é justamente sobre a idade mínima. O magistrado diz que criar um piso será necessário, mas não agora.

“Eu não posso simplesmente estabelecer uma idade alta neste momento, porque se eu estabelecer uma idade muito alta, como os 65 anos para homens, determinadas pessoas vão ter contribuído e não vão conseguir se aposentar. Vão morrer antes”, afirma. “Um homem de Alagoas, por exemplo, tem uma expectativa de vida de 66,5 anos. Então, o que vai acontecer? Vai ficar um ano e meio aposentado e vai morrer. E ele pagou, dependendo do caso, durante 25, 30 ou 35 anos.”

O desembargador defende para o momento a idade de 60 anos para homens e 55 para mulheres, pois desse modo haveria uma equiparação com o serviço público [para quem ingressou a partir de 31 de dezembro de 2003]. “Assim, haveria igualdade para todos. E se poderia estabelecer talvez para daqui a cinco

anos uma idade mais alta – de 60, 62, 65”, sugere.

Sérgio Pinto, no entanto, não acredita que os políticos estejam interessados em fazer a reforma. “Os deputados têm ciência de que se eles votarem uma coisa contrária ao interesse daquilo que as pessoas querem, eles não vão ser eleitos [em 2018]”, calcula. “Ao contrário, se a reforma for em 2019, eles já terão sido eleitos.” Para ele, é possível que se o Congresso aprovar uma reforma agora para não desagradar demais aos eleitores, no ano

mais ou menos – porque se der aula em apenas um período ele não ganha nada – continuar dando aula com 60 ou com 65 anos? Como um pedreiro vai conseguir trabalhar com 65? O peão trabalha na roça ou como cortador de cana. Essa pessoa vai conseguir trabalhar depois dos 60 anos? Não”, acrescenta o juiz. “A pessoa não vai conseguir trabalhar. Não porque ela não queira, mas porque não tem condição.”

Não bastasse tudo isso, o Brasil tem outros problemas trabalhistas que não entram nas estatísticas de emprego.

É cada vez maior o número de profissionais que não sabem o que é um registro em carteira de trabalho.

É o caso do arquiteto Pedro, 40 anos de idade e 15 de formado. Ele não sabe o que é direito trabalhista. “Já trabalhei em três bons escritórios de arquitetura em São Paulo, mas nem eu nem nenhum dos meus colegas sabe o que é isso”, diz. Aposentadoria? “Vou trabalhar até morrer”, diz ele, que recolhe o mínimo possível para a Previdência porque o dinheiro faz falta hoje.

Esse é o mesmo caso da jornalista Letícia. Aos 35 anos, e depois de ter trabalhado em quatro grandes agências de comunicação, ela recolhe apenas sobre um salário mínimo, e ainda assim de vez em quando. “Tirei a carteira de trabalho com 18 anos, e ela continua em branco”, lamenta. “Não dá para pensar em Previdência. O aluguel vence todo dia 10.”

Em um país que pouco muda de verdade, José Carlos é apenas Pedro e Larissa amanhã. ■

A via-crúcis da aposentadoria enfrentada por aqueles que ficam sem o emprego ou vivem mudando de empresa

seguinte será necessário fazer outra.

Se por um lado é importante haver um critério de igualdade, por outro também não se pode generalizar caso seja imposta uma idade mínima muito alta. “Determinadas pessoas não têm a menor condição de trabalhar após os 60 anos”, afirma o desembargador. “Como vou falar para o professor de escola estadual, que trabalha de manhã, de tarde e de noite para ter um salário

ESTÁ DESEMPREGADO?

Automotivação e reciclagem são receitas para novo trabalho



É bem provável que você conheça pelo menos uma pessoa desempregada. Talvez ela esteja na sua própria família. Não é para menos. A taxa do segundo trimestre de 2017 ficou em 13%, uma queda de 0,7 ponto percentual em relação aos 13,7% registrados no primeiro trimestre, mas ainda assustadora. São agora 13,5 milhões de desempregados.

O que fazer para conseguir uma recolocação quando o nível de desemprego insiste em persistir nas alturas? Vários sindicatos oferecem serviços que podem ajudar na requalificação do profissional desempregado. O Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba, por exemplo, dá cursos gratuitos para ajudar o desempregado a conseguir trabalho. Para quem está empregado, há agremiações que mantêm convênios com colégios, faculdades e cursos de idiomas.

A requalificação é fundamental nessas situações. “Buscar cursos, leituras, mentoria para reciclagem ou mesmo para desenvolver novas competências”, aconselha o consultor Vinícius Carvalho, de Florianópolis, na seguinte entrevista à **Mundo Sindical**.

Mundo Sindical - Quais as principais reações de uma pessoa ao perder o emprego? Fala-se muito no grupo dos ‘desesperançosos’, dos racionais, dos otimistas, dos auto-

motivados...

Vinícius Carvalho - Dois dos grandes medos dos seres humanos são a rejeição e o fracasso. Apesar de a maioria das pessoas tentar separar o lado pessoal do profissional, é algo muito difícil. Perder o emprego pode ser visto como um fracasso, e manter a autoestima e a autoconfiança nessa circunstância é extremamente desafiador. Algumas pessoas, quando se deparam com esse desafio, vão sentir o baque, já que dedicaram toda a energia e abriram mão de muitas coisas em função do trabalho. Outras acharão que o mundo está contra elas. Já um terceiro grupo verá isso como área de oportunidade para mudar e ter novas conquistas e realizações. Independentemente da circunstância, a perda do emprego por mais desconfortável que seja, é uma oportunidade de mudança, de crescimento e de busca por novas realizações.

MS - O que uma pessoa pode fazer para detectar o seu próprio perfil e mudar para melhor, a fim de se recolocar? Cursos? Leituras? Psicoterapia?

Vinícius Carvalho - O primeiro passo para uma recolocação bem-sucedida é a pessoa fazer uma autoanálise do seu perfil comportamental e do seu perfil de competências. Tendo essa informação em mãos, fica mais fácil ao profissional

identificar as áreas de oportunidade de desenvolvimento e a partir daí buscar cursos, leituras, mentoria para reciclagem ou mesmo para desenvolver novas competências e comportamentos que o tornem mais atrativo para o mercado.

MS - Na busca por uma recolocação, o que um profissional deve fazer em uma entrevista de emprego para minimizar as deficiências de seu perfil?

Vinícius Carvalho - Inicialmente, é importante demonstrar autocohecimento de seus pontos fortes e fracos e capacidade de adaptação a novos cenários. Também é essencial fornecer ao recrutador evidências de que em outras oportunidades a pessoa também não estava totalmente preparada, mas com o tempo foi desenvolvendo as características necessárias para ocupar o cargo.

MS - Há perfis mais propensos a perder o emprego em situações de crise? As empresas demitem de acordo com uma avaliação dos perfis, de uma forma consciente e objetiva, ou isso se dá inconscientemente, quase como uma seleção natural darwiniana?

Vinícius Carvalho - Situações de crise obrigam as empresas muitas vezes a enxugar o quadro. Isso faz parte do mundo dos negócios e não pode ser visto como uma tragédia por quem sofre as consequências.

No caso de perda do emprego, a pessoa automotivada, que gosta de desafios, não irá sossegar enquanto não reverter a situação

Em princípio, acredito que as empresas possuem critérios diferentes para demitir seus colaboradores. Um ponto importante para minimizar o risco de ser demitido é o profissional entender de que forma ele contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos da empresa. Esse exercício deve ser feito tentando se colocar no lugar do empregador.

MS- Sucintamente, que tipo de atitude tem um 'desesperançoso', um racional, um otimista e um automotivado diante de um problema?

Vinícius Carvalho - O 'desesperançoso' foca muito no problema e sempre traz justificativas para dizer por que as coisas não estão funcionando ou deram errado. Já o profissional racional, diante de um problema, é mais analítico, centrado, tenta entender a raiz do problema e suas decisões são sempre embasadas em fatos reais e não em suposições. O otimista sempre vê o lado bom das coisas. Mesmo diante de um problema ele consegue encontrar áreas de oportunidade, ou coisas boas que aquela situação trouxe. Por fim, o automotivado é aquele que gosta de desafios e, diante de um problema, o seu nível de motivação pode ser

ainda maior do que já era. Ele não irá sossegar enquanto não superar aquela situação.

MS - Que conselhos daria a um demitido que decide partir para um negócio próprio?

Vinícius Carvalho - Empreender em um negócio próprio é uma tarefa extremamente desafiadora. Muitas pessoas tomam essa decisão, pois identificam que possuem conhecimento e competência para fazer por conta própria aquilo que faziam como empregados, trabalhando para alguém. Porém, o grande desafio é que um negócio, para dar certo, não depende somente de quão bem o novo empresário domina a área operacional. É preciso assumir papéis estratégicos dentro da empresa e, muitas vezes as pessoas não possuem competência, experiência e talvez até mesmo nem se identifiquem com essas áreas estratégicas que levarão o negócio a bons resultados. Os novos empreendedores precisam se preocupar com a qualidade do produto ou serviço que entregam, mas também precisam trabalhar com áreas como finanças, marketing, vendas e processos.

MS - Como coach, qual é o perfil predominante de seus clientes?

Vinícius Carvalho - Em 10 anos atuando no mercado de Business Coaching, atendemos mais de 900 micro, pequenas e médias empresas dos mais variados ramos. O que há em comum entre todos os nossos clientes é a busca pelo crescimento, pela lucratividade e pela sistematização do negócio, para que a empresa possa funcionar sem presença operacional do empresário. Um empresário que possui um negócio que não funciona sem sua presença, na realidade possui um autoemprego. Nesse contexto, a equipe de trabalho é essencial. As empresas constantemente estão buscando profissionais que permitam ao empresário se dedicar mais estrategicamente para o negócio.



Vinícius Carvalho, experiência de 17 anos

É palestrante profissional, Consultor e Coach Empresarial certificado no México, pela franquia líder mundial em Consultoria e Coaching, ActionCOACH. Foi reconhecido pela ActionCOACH por três vezes como o Coach TOP 1 da América Latina. Possui mais de 17 anos de experiência em gestão e realizou mais de 600 Workshop's em diferentes paí-

ses latino-americanos. Graduado em Administração, com especialização em Marketing, nos últimos anos desenvolveu trabalhos específicos, juntamente com sua equipe, em mais de 900 organizações. Vinícius também se destaca por ser fornecedor autorizado de treinamentos da Multinacional Oracle na América Latina.

COM DEPARTAMENTO SINDICAL, PTB QUER MAIS AÇÃO POLÍTICA

O PTB sempre manteve sua vocação histórica de “abraçar” o mundo do trabalho e, em 2007, o Diretório paulistano do partido criou seu Departamento Sindical. Foi idealizado pelo deputado estadual Campos Machado e batizado de PTB-Sindical.

Como a herança que o próprio nome carrega, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nasceu atrelado à vida do trabalhador e às entidades que o representam. Foi fundado em 15 de maio de 1945 sob inspiração de Getúlio Vargas, na mesma década em que nasceu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que pela primeira vez está passando por mudanças. Essa participação da política no sindicalismo e vice-versa se ampliou décadas depois com a fundação do Partido dos Trabalhadores (nascido a partir do movimento sindical metalúrgico e da resistência à ditadura) e de inúmeras siglas partidárias que carregam essa herança no nome. E são muitos os políticos que hoje tem um pé no movimento sindical como base de sustentação. Com a aprovação da reforma trabalhista pelo Congresso – algumas das mudanças na CLT ainda dependem de uma Medida Provisória a ser editada em breve –, torna-se ainda mais importante estimular o sindicalismo brasileiro a ter voz na política. Isso, não apenas por meio da mobilização dos trabalhadores, mas também por meio de um canal de diálogo permanente com os parlamentares. Essa participação política pode fazer toda a diferença na hora de se votar e aprovar ou não uma lei que seja de interesse dos trabalhadores.

É normal os partidos políticos terem vários departamentos para discutir questões raciais e econômicas, meio ambiente, entre tantos outros temas. E o movimento sindical não ficou de fora. A maio-

ria das agremiações tem criado um departamento sindical, um canal entre o movimento sindical e a política.

Desde 2015, o Departamento Sindical paulistano do PTB é presidido por Norival de Almeida Silva, presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo (Sindicam-SP) e da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Carga em Geral do Estado de S. Paulo (Fetrabens).

A importância deste departamento remonta ao fato de o partido, já a partir de sua fundação, ter partici-



ação contra as entidades filiadas ao PTB-Sindical.

Atualmente, o objetivo mais urgente do departamento paulistano é a expansão desta iniciativa. “Na prática, nessa gestão temos a meta de montar o departamento em vários diretórios municipais no Estado de S. Paulo, com o objetivo de fortalecer ainda mais a legenda nos municípios. Isso,



Norival de Almeida, presidente do PTB-Sindical, com Campos Machado

pado das negociações para a criação das principais leis trabalhistas. “Para um partido que tem a história do PTB, que criou as principais leis trabalhistas que protegem até hoje o trabalhador e a trabalhadora brasileiro (a), ter um Departamento Sindical significa não perder os laços com sua origem, por exemplo”, afirma Norival.

Os objetivos do departamento sindical estão definidos no estatuto e abrangem 14 itens, que vão desde promover a integração sindical, independentemente de Central Sindical, passando pela defesa dos direitos sindicais e das Leis Trabalhistas e ao repúdio a qualquer

além de criar condições para que as entidades possam interagir com os parlamentares do partido e, juntos, defenderem a classe trabalhadora”, enfatiza Norival. Os sindicatos que são filiados ao PTB-Sindical são das mais diversas categorias e, como mencionado anteriormente, independentemente de a qual central a entidade seja filiada. Hoje, o departamento sindical do PTB tem 60 sindicatos dos mais setores, como servidores públicos, construção civil, transporte rodoviário de carga, aviação, cooperativismo, despachantes, entre outros. ■



“O TRABALHADOR NÃO TERÁ VOZ”, DIZ PRESIDENTE DO SINGUESP

Francisco José Pereira da Silva (o Chicão)

O sindicalismo brasileiro passa por um momento delicado após a aprovação da reforma trabalhista, sancionada pelo presidente Michel Temer no último dia 13 de julho.

Muitos pontos da reforma envolvem negociações com o empregador e os sindicatos serão peça ainda mais importante para que o trabalhador não seja prejudicado na hora de fazer acordos. Ao mesmo tempo, a nova legislação, ao eliminar a contribuição sindical sem alternativa definida para o financiamento das atividades dos sindicatos, enfraquece o sindicalismo brasileiro.

O presidente do Sindicato dos Guincheiros Removedores de Veículos do Estado de São Paulo (Singuesp), Francisco José Pereira da Silva (o Chicão), alerta para o quanto essa reforma, ao invés de proteger o trabalhador, vai prejudicá-lo com o enfraquecimento do movimento sindical. “A reforma trabalhista, do jeito que está, prejudicará os trabalhadores e ainda enfraquecerá o movimento sindical brasileiro e é isso que eles estão querendo mesmo. Enfraquecer o movimento sindical. O trabalhador não terá voz.”

Diante dessa realidade, uma das principais discussões em relação à reforma trabalhista é o financiamento do movimento sindical. Num gesto que contrariou as expectativas, o presidente Temer orientou as centrais sindicais a negociarem uma solução com os líderes partidários no Congresso. Esse é um processo demorado. A reforma acabou com o imposto sindical que era obrigatório e servia para financiar as atividades do

movimento, incluindo cursos de capacitação, serviços de saúde e manutenção de colônias de férias (todo trabalhador tinha recolhido anualmente o valor equivalente a um dia de trabalho).

Há uma preocupação no movimento sindical sobre a dimensão e consequências desse “enfraquecimento”. Os sindicatos, em especial os pequenos, não conseguirão manter uma estrutura para atender aos anseios dos trabalhadores. Para Chicão, “sindicato sem dinheiro não conseguirá realizar uma mobilização. Sindicatos têm

dicatos, não podemos deixar de citar as grandes conquistas dos trabalhadores, feitas com muita luta e mobilização. O Singuesp se preocupa em conseguir o melhor para o trabalhador. Seus reajustes salariais nos últimos anos ficaram acima do que se tem visto em convenções coletivas de trabalho. Em 2016, o sindicato conseguiu 11% de aumento. Esse tipo de conquista só é possível com um sindicato forte e sério, que trabalha em prol do trabalhador.

“Somos um sindicato pequeno, mas forte. Além disso, nossa enti-



médicos, dentistas e outros serviços gratuitos em suas sedes. É uma estrutura que precisa de um aporte financeiro. E é justamente por aí que eles querem atacar o movimento sindical”.

Quando falamos sobre essa questão do enfraquecimento dos sin-

dade é estadual. Não é fácil operar em todo o Estado, mas conseguimos conquistas importantes para os trabalhadores por trabalharmos com seriedade”, diz o presidente. “Hoje o trabalhador tem um sindicato para levar a sua voz de indignação contra as reformas.”

24 horas por dia

O Dia do Guincheiro é comemorado em 29 de junho. A data foi criada a partir de sugestão do deputado estadual João Caraméz (PSDB). O projeto, aprovado pela Assembleia, foi sancionado pelo governador Geraldo Alckmin. A data tem como objetivo a valorização desse

trabalhador que fica disponível dia e noite. “Nós comemoramos o dia 29 com muito orgulho, uma forma de reconhecer o trabalho desses trabalhadores que atendem 24 horas por dia, faça chuva ou sol. A cada dia que passa, a categoria do guincheiro passa a ser cada vez mais reconhecida”, diz o presidente Chicão.

AGENTES PENITENCIÁRIOS LUTAM PELO PODER DE POLÍCIA PENAL

Desde 2004, a categoria vive luta angustiante em busca de inclusão no artigo 144 da Constituição, com direitos e reconhecimento iguais aos de outras polícias; duas PECs que tramitam no Congresso podem tornar realidade o sonho desses heróis do sistema penitenciário; não há data para votação.



Agentes penitenciários, em manifestação diante do Congresso Nacional, pedem a aprovação da PEC 14/2016

*Por Carlos Vitolo, especial para Mundo Sindical**

Nosso sistema penitenciário está falido - celas superlotadas e uma política prisional que não reinsere ninguém na sociedade. São muitos os problemas. De um lado, uma população carcerária de aproximadamente 715 mil pessoas; de outro, a categoria dos agentes penitenciários que enfrenta a árdua missão de buscar seu reconhecimento constitucional.

Enfrentando riscos diários, em condições estressantes e insalubres, os agentes aguardam desde 2004 a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 308/04, de autoria do ex-deputado federal Neuton Lima (PTB/SP), que cria a Polícia Penal federal, estaduais e no Distrito Federal. No ano passado, outra PEC sobre a questão, a 14/2016, foi proposta pelo senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Sem a complexidade da 308/04, a nova PEC tem somente o objetivo de criar a instituição Polícia Penal, incluindo a categoria no artigo 144 da Cons-

tituição, com direitos iguais aos de outras polícias.

A mobilização em torno desta conquista se arrasta desde 2004, com intensas negociações junto a parlamentares e autoridades. Apesar das legítimas pressões, a PEC nunca foi votada. Em agosto de 2010, cerca de 400 agentes penitenciários de todo o país ocuparam o Salão Verde da Câmara e passaram a noite no local, após serem impedidos de entrar nas galerias da Casa para acompanhar as atividades parlamentares e cobrar a aprovação da PEC 308/04. Na época, Michel Temer (PMDB/SP) era presidente da Câmara. A Polícia Legislativa recebeu os agentes penitenciários com choques de teaser e cassetetes. O confronto físico foi inevitável e os agentes viveram momentos de tensão naquela noite. Pela manhã deixaram o Salão Verde em passeata. A conscientização da categoria ganhou força. No ano passado, com a PEC 14/2016, a luta se renovou e se tornou mais real a possibilidade

de criação da Polícia Penal, e não apenas entre os parlamentares. Marco Antônio Severo, diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, deu parecer favorável à PEC 14/2016 - "mais adequada para o pleito da categoria, seja na esfera nacional, seja na esfera estadual". E agora, em 31 de maio passado, veio um passo importante e decisivo - a PEC 14/2016 foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado e enviada para análise do plenário. Falta apenas marcar a data de votação (não definida até o fechamento desta edição).

E há outra frente de luta para a categoria. Mesmo após diversas manifestações em Brasília, os agentes penitenciários foram excluídos, pelo menos até agora, das regras especiais da reforma da Previdência. As regras foram concedidas aos policiais civis e prevêem a aposentadoria com idade mínima de 55 anos.

“O reconhecimento será o início de uma grande mudança”

A luta pela criação da Polícia Penal é acompanhada de perto pelas duas federações que representam as entidades sindicais no país, a Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários (Febrasp), com o presidente Leandro Allan, e a Federação Nacional dos Servidores Penitenciários (Fenaspen), do presidente Fernando Anuniação. No Estado de São Paulo, maior sistema penitenciário do país, com 168 unidades prisionais e cerca de 30 mil agentes penitenciários, a luta da categoria é coordenada pelo Sindasp-SP (Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de São Paulo). Para seu presidente, Daniel Grandolfo, “a criação da Polícia Penal será o reconhecimento da atividade policial já exercido pela categoria. Será o início de uma grande mudança, com a valorização tão sonhada pelos agentes penitenciários”. No total, são 21 sindicatos da cate-

goria envolvidos diretamente na luta e no sonho do reconhecimento constitucional. Para o presidente da Febrasp, “é impensável se falar em quaisquer outras medidas sem antes debater a regulamentação constitucional dos servidores penitenciários. É preciso incluir o sistema penitenciário e seus agentes no rol da Segurança Pública”, escreveu o dirigente sindical em publicação na página da Febrasp no Facebook.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a profissão de agente penitenciário é a segunda mais perigosa do mundo, ficando atrás apenas dos mineiros. O Brasil está em quarto lugar no ranking de nações com maior número de presos, atrás dos Estados Unidos, China e Rússia.

**Carlos Vitolo é jornalista, especializado em assuntos penitenciários. Presta assessoria para o Sindasp-SP*

Criação da polícia penal ganha apoio de italianos

Com o objetivo de fortalecer a luta pela criação da Polícia Penal, agentes penitenciários brasileiros estiveram na Itália, em junho de 2012, para conhecer de perto o sistema penitenciário e a Polizia Penitenziaria Italiana. Em fevereiro de 2013, policiais italianos vieram ao Brasil para conhecer o nosso sistema penitenciário, especificamente do Estado de São Paulo, e dar apoio à criação da Polícia Penal. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) recebeu a comitiva dos policiais italianos e agentes penitenciários, representados por diretores do Sindasp-SP, em audiência no Palácio dos Bandeirantes. O secretário-geral da Sappe (Sindicato Autônomo



O agente italiano Donato Capece (à esq.) com Daniel Grandolfo, presidente do Sindasp-SP

Polizia Penitenziaria), Donato Capece, argumentou ao governador sobre a importância de se criar a Polícia Penal no Brasil e especificamente em São Paulo. O deputado federal Paulo Pereira da Silva (Paulinho da Força) e o secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, também participaram da audiência. (CV)

Sem reajustes e duras condições de trabalho

A dura realidade do cotidiano de um agente penitenciário no fundo das unidades prisionais é totalmente desconhecida pela sociedade. Cadeias superlotadas, tensão diária, riscos de rebeliões, baixa remuneração e falta de reconhecimento dos governos são apenas algumas das situações vividas pela categoria.

No Estado de São Paulo, de acordo com o Sindasp-SP, há três anos o governo não concede reposição salarial à categoria. A última ocorreu em 2014, após a maior greve já realizada no sistema prisional do estado. Em 2015, o movimento grevista aconteceu novamente, mas foi encerrado por determinação judicial, por meio de uma liminar expedida pelo TJ-SP, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil ao sindicato caso houvesse continuidade da greve.

No último mês de abril, o STF proibiu o direito de greve dos agentes penitenciários. “Lamentavelmente o STF e o TJ-SP nos proibiram de fazer qualquer movimento de greve. Quando é de interesse deles, e para nos prejudicar, somos policiais e nos inserem no artigo 144 da Constituição, mas quando é do nosso interesse as coisas mudam e não somos mais considerados policiais nem reconhecidos constitucionalmente. Para nos tirar o direito de greve somos policiais, mas perante a Constituição não somos”, diz Daniel Grandolfo, presidente do Sindasp-SP. Segundo Grandolfo, a Secretaria da Administração Penitenciária determinou a abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) contra cerca de 100 agentes penitenciários que participaram das greves de 2014 e 2015. (CV)

PROFECIA E INOVAÇÃO SÃO DESAFIOS PARA SINDICATOS, DIZ PAPA FRANCISCO

Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato, disse o papa Francisco em 28 de junho passado ao receber os delegados da Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores (Cisl), que estavam reunidos em Congresso. O discurso do Pontífice partiu do tema em debate: “Pela pessoa, pelo trabalho”. De fato, afirmou, pessoa e trabalho são duas palavras que podem e devem estar juntas. “O trabalho é a forma mais comum de cooperação que a humanidade gerou na sua história, é uma forma de amor civil”.

Francisco ressaltou que a pessoa não é só trabalho, também é preciso repousar, recuperar a “cultura do ócio”; é desumano os pais não poderem brincar com os filhos por falta de tempo. Para o Papa, crianças e jovens devem ter o trabalho de estudar e os idosos deveriam receber uma aposentadoria justa. “As aposentadorias de ouro são uma ofensa ao trabalho, assim como as de baixa renda, porque fazem com que as desigualdades do tempo de trabalho se tornem perenes”.

O Papa definiu como “míope” uma sociedade que obriga os idosos a trabalhar por muitos anos e uma inteira geração de jovens sem trabalho. Para isso, é urgente um novo pacto social para o trabalho e ele indicou dois desafios que o movimento sindical deve enfrentar e vencer se quiser continuar desenvolvendo seu papel essencial pelo bem comum: a profecia e a inovação.

A profecia é a vocação mais verdadeira do sindicato, explicou o Papa, é “expressão do perfil profético da sociedade”. Mas nas sociedades capitalistas

“Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias”

avançadas, o sindicato corre o risco de perder esta natureza profética e se tornar demasiado semelhante às instituições e aos poderes que, ao invés, deveria criticar. Com o passar do tempo, o sindicato acabou por se parecer com a política, ou melhor, com os partidos políticos. Ao invés, se falta esta típica dimensão, a sua ação perde força e eficácia.

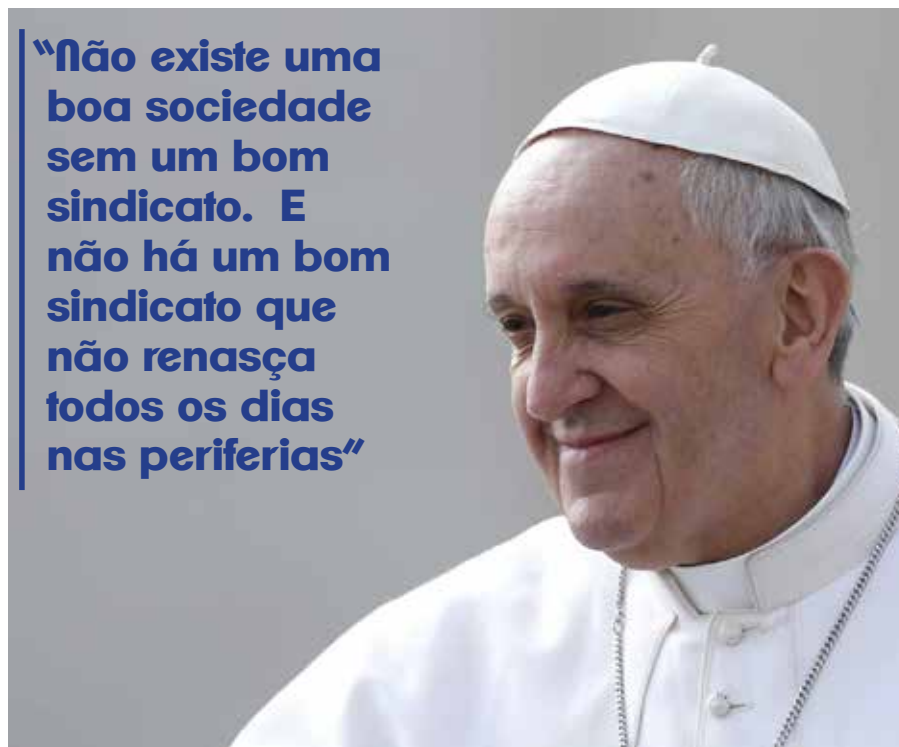
O segundo desafio é a inovação. Isto é, proteger não só quem está dentro do mercado de trabalho, mas quem está fora dele, descartado ou excluído. “O capitalismo do nosso tempo não compreende o valor do sindicato, porque esqueceu a natureza social da economia. Este é um dos maiores pecados. Economia de mercado: não. Digamos economia social de mercado, como nos ensinou São João Paulo II”.

Para Francisco, talvez a sociedade não entenda o sindicato porque não o vê lutar suficientemente nos lugares onde não

há direitos: nas periferias existenciais, entre os imigrantes, os pobres, ou não entende simplesmente porque, às vezes, a corrupção entrou no coração de alguns sindicalistas. Não se deixem bloquear. Francisco pediu mais empenho em prol dos jovens, cujo desemprego na Itália é de 40%, e das mulheres, que ainda são consideradas de segunda classe no mercado de trabalho.

Habitar as periferias pode se tornar uma estratégia de ação, uma prioridade do sindicato de hoje e de amanhã, indicou o Papa. “Não existe uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias, que não transforme as pedras descartadas da economia em pedras angulares. Sindicato é uma bela palavra que provém do grego syn-dike, isto é, ‘justiça juntos’. Não há justiça se não se está com os excluídos”.

**Fonte: Rádio Vaticano
29/06/2017**



Motofrete

Dois secretários da Prefeitura Municipal de São Paulo - Sérgio Avelleda, dos Transportes, e Milton Flávio, das Relações Governamentais - se reuniram no início de agosto com dirigentes do SindimotoSP para tratar de assuntos relativos ao motofrete na capital, que passa por dificuldades envolvendo, particularmente, a questão dos aplicativos. Para o sindicato, as empresas que estão explorando esse tipo de serviço não são fiscalizadas e, assim, conseguem preços baixos porque não pagam impostos municipais como as empresas de motofrete convencionais. As empresas de aplicativo promovem dessa forma a concorrência desleal e ainda por cima precarizam as relações de trabalho, contratando motociclistas profissionais em forma de MEI, uma forma “mascarada” de burlar as leis trabalhistas, ressalta o SindimotoSP.



Casa própria

A Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) inaugurou em 3/8, no bairro de Perdizes, na capital paulista, sua sede nacional própria, a Casa da Classe Trabalhadora. “Celebrar a inauguração de um espaço como este é fundamental para fortalecer a classe trabalhadora e assim seguirmos lutando, ainda com mais força, para melhorar a situação de vida do povo”, disse Adilson Araújo, presidente da CTB. Para ele, a inauguração da Casa vem confirmar a disposição de luta da central que mais cresce no Brasil na defesa das forças democráticas e por um projeto de unidade e resistência.



Lei 13.467/17

O deputado federal Carlos Marun (PMDB-MS), vice-líder do governo na Câmara, se reuniu em 4/8, em São Paulo, com dirigentes das centrais CSB, UGT, Força Sindical e Nova Central para discutir as mudanças na reforma trabalhista que devem ser feitas através de Medida Provisória a ser editada pelo governo. As entidades cobraram o cumprimento do acordo feito pelo governo Temer com os senadores em relação aos pontos polêmicos da Lei 13.467/17. O parlamentar se comprometeu a abrir o diálogo sobre os temas e fazer a intermediação junto ao governo e no Congresso.



A chapa Unidade na Luta, eleita para a direção do Sintetel-SP nas eleições sindicais do ano passado, tomou posse em 1º de agosto, na capital paulista. A leitura do termo de juramento de posse da nova diretoria foi feita pelo secretário Geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves. Os 103 integrantes da nova diretoria assinaram o documento que os oficializou no comando da entidade pelos próximos quatro anos. “Teremos muito trabalho pela frente. Movimento sindical é para representar os trabalhadores e é isso que faremos nos próximos quatro anos com competência”, discursou Almir Munhoz, presidente reeleito do Sintetel. A nova chapa traz várias mudanças, tanto no quadro de dirigentes como na forma de gestão.

Formação

Foi realizado em 5/8, no Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul (RS), o “1º Seminário da Mulher Metalúrgica – Unidas pela Formação e Transformação Sindical e Política”. Promovido pela Secretaria da Mulher da FITMETAL, teve a participação de dirigentes sindicais da região Sul. A ideia é replicar esse seminário em outras regiões do país. O debate sobre a igualdade de gênero tem várias dimensões, teóricas e práticas. No movimento sindical, as mulheres fazem um esforço grande para conseguir participar de suas entidades - e nem sempre esse esforço é reconhecido pelo conjunto dos sindicalistas.



Sucateamento



Deputados e sindicalistas cobram investimentos do governo para reverter o atual quadro de sucateamento nas polícias civis da capital federal e de São Paulo. Eles debateram o tema no final de junho, em audiência pública na Câmara. Os representantes de delegados, agentes, investigadores, escrivães e peritos criminais denunciaram déficit de efetivo, baixos salários e “péssimas” condições de trabalho. O Sindicato dos Delegados de São Paulo avalia que o estado vive o “ápice de uma crise aguda”, com defasagem de 10 mil policiais civis e falta de delegados em 256 municípios – e sem reposição de perdas salariais desde 2012. A situação é semelhante no DF. Lá, o Sindicato dos Policiais Civis denunciou salários defasados desde 2009, falta de quase 5 mil profissionais, viaturas inadequadas, coletes vencidos e munição insuficiente inclusive para treinamento.

(Fonte: Agência Câmara Notícias)



Fitmetal...

Representantes da Federação Interestadual de Metalúrgicos e Metalúrgicas do Brasil (Fitmetal) se reuniram em junho com o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Araújo, em São Paulo. Em debate, os desafios da categoria diante da conjuntura política do país. “A Fitmetal inaugurou uma nova fase, após a realização de seu 2º Congresso. Daremos continuidade à luta contra as reformas trabalhista e previdenciária e por mais democracia”, disse o presidente da entidade, Marcelino Rocha.



...Seminário

Outro tema analisado no encontro foi o fortalecimento da campanha contra o processo de desindustrialização no Brasil. “Os mais atingidos por esta iniciativa, com a desmonte do setor naval e a desnacionalização das empresas estatais, são os metalúrgicos”, alertou Rocha. Com o objetivo de discutir o assunto, a Fitmetal, em parceria com a CTB, estão organizando um seminário sobre o tema que deve ocorrer agora em setembro no Rio de Janeiro. (Fonte: Portal CTB)

Conteúdo local

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados realizou em 3 de julho audiência pública no plenarinho da Câmara dos Vereadores do Recife (PE), para discutir as regras de conteúdo local para a indústria de petróleo e gás no Brasil, com foco em Suape. Jesus Cardoso, secretário dos Setores Naval Offshore e Siderúrgico da Fitmetal e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, representou as entidades na audiência e defendeu o conteúdo local como instrumento de geração de empregos e como auxílio à ‘reindustrialização’ do Brasil. (Fonte: Câmara Municipal do Recife)



Força jovem

Sobram elogios, em seminário na Alemanha, a seis jovens da Força Sindical que participam de projeto de formação de jovens sindicalistas – com apoio da IndustriALL, Fundação FES (Friedrich Ebert Stiftung), Sindicatos da América Latina e Caribe e IG Metall. O que mais chamou a atenção foi a postura e segurança dos jovens, aliadas à qualidade de seus projetos para o crescimento e fortalecimento do sindicalismo. Esse tipo de seminário, parte do projeto, é realizado a cada ano em um país desde 2012 (Brasil, Argentina e Alemanha). O grupo é bancado pela Força Sindical e seu presidente, Paulo Pereira da Silva, sindicatos, federações e confederações. “Aprendi que um dirigente sindical se forma com experiência, muito trabalho e dedicação”, disse o secretário-geral João Carlos Gonçalves, Juruna.



Bancários

Ivone Silva assumiu em 7 de julho passado a presidência do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região. “Sinto-me honrada e muito feliz. Não sinto de forma alguma [o cargo] como um peso nos meus ombros”, disse Ivone, referindo-se ao momento difícil pelo qual passa o país. Ivone é formada em Ciências Sociais, com MBA em Finanças. Funcionária do Itaú, começou como diretora do Sindicato em 1997 e está à frente da secretaria-geral desde 2014. Foi eleita em abril, com 78,76% dos votos válidos.



Adeus ao PMDB

Após mais de 30 anos de militância peemedebista e integrante de lutas históricas para o processo democrático do país, o paulista Antonio Neto comunicou em 4 de julho passado sua desfiliação do PMDB. Neto se declarou contra as reformas em curso no Congresso (previdenciária e em especial a trabalhista), conduzidas pelo governo Michel Temer e apoiadas por grande parte dos parlamentares do PMDB. A decisão foi comunicada em carta presidente do partido, Romero Jucá. Neto também é presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB).

IndustriALL

A IndustriALL é uma federação sindical global, fundada em 19 de junho de 2012 em Copenhague, na Dinamarca. Representa cerca de 50 milhões de trabalhadores dos setores químico, têxtil, mineração, energia e metalúrgico em 140 países. O secretário-geral da entidade, Valter Sanches, participou em julho de reunião com sindicalistas, em São Paulo, para discutir a situação política e econômica do Brasil e da Argentina e o fortalecimento da entidade na América Latina. “Vivemos uma época em que trabalhadores sofrem com aumento de desemprego, perda de renda e com ataques a direitos trabalhistas duramente conquistados”, disse o sindicalista Edson Dias Bicalho, presidente do Sindquimbru e integrante do Comitê Executivo da IndustriALL.



Congresso

Entre 10 e 13 de julho de 2017, a convite de Donato Capece, secretário-geral da Sappe (Sindicato Autônomo Polizia Penitenziaria), o presidente do Sindasp-SP, Daniel Grandolfo, esteve na Itália para tratar da realização de um congresso mundial das polícias penitenciárias. Previsto para 2019, na Europa, irá reunir as instituições e policiais penitenciários de todo o mundo. O objetivo é discutir as diferenças, semelhanças e formas de atuação das instituições e do sistema penitenciário mundial.

Portais Sindicais

Desenvolvimento de Websites



Atualmente sindicatos de todos os portes estão investindo mais no relacionamento com os trabalhadores e seus associados, sejam nas redes sociais (como Twitter e Facebook) ou em seu website, através de newsletters, formulários específicos para este fim e conteúdo próprio.



Além do relacionamento, outro fator importante é de seu website ser encontrado nos buscadores, mas não convertendo todo o tráfego para a página principal e sim para a que houver o conteúdo relacionado com o que seu consumidor está procurando. Hoje, para uma empresa ou entidade, não ter um website/portal é o mesmo que não ter telefone, é por ele que você poderá ser encontrado e apresentar que seu sindicato tem a oferecer para os trabalhadores. Nesse sentido, é importante ter qualidade para apresentar o produto ou serviço de forma clara para quem visitá-lo. Para que isso ocorra é necessário que o portal seja desenvolvido de forma que cada informação seja vista pelo visitante. É assim que a Easy System trabalha. A Easy System estudará o projeto para que o produto final seja o que foi solicitado e com o melhor custo-benefício possível.

Podemos ajudar seu sindicato a realizar todos os tipos de projetos online, desde a fase de definição de requisitos até a fase de publicação, documentação e treinamento.

A Easy System cria soluções para a vida digital que farão seu sindicato se destacar. Com talento, design e tecnologia, oferecemos experiências interativas envolventes, que construam relacionamentos sólidos entre marcas, empresas e consumidores.

A Easy System cria soluções para a vida digital que farão seu sindicato se destacar. Com talento, design e tecnologia, oferecemos experiências interativas envolventes, que construam relacionamentos sólidos entre marcas, empresas e consumidores.

Além da característica prática e intuitiva, prezamos pelo enquadramento do site nos padrões internacionais de desenvolvimento (W3C), que torna a leitura do site mais fácil pelos mecanismos de busca, adquirindo maior relevância nos resultados das pesquisas. Afinal, site que não aparece nas buscas não gera retorno.



Entre em contato conosco:

5533-2001 (São Paulo)

0800 771 1971 (outras localidades)



www.easysystem.com.br